



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 114
70150-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385

Relatório da 4ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO

Auditório do Espaço Israel Pinheiro, Brasília (DF), 18 de Outubro de 2014

Objetivo da Reunião: Apresentar destaques do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo; promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais sobre a organização interna da CNAPO e sobre o monitoramento e avaliação do Planapo.

Participantes do Governo: 1. Alberto Wanderley – MDA, 2. Alexandre Giehl – MPA, 3. Carlos Medeiros – Embrapa, 4. Carlos de Souza – MS, 5. Caroline Molina – MDA/DPMR, 6. Cassio Trovatto – MDA, 7. Cláudia de Souza – MMA, 8. Daniela Prado – MDS, 9. Denise Cavalcanti – MDA, 10. Eduardo Soares – Conab, 11. Iracema Moura – SG/CNAPO, 12. João D’Angelis – MMA, 13. José Espinola – Embrapa, 14. Karla Hora – MDA, 15. Lucas Maciel – SE/SG, 16. Luisa Sabóia – SG/CNAPO, 17. Mariângela Pereira – MEC, 18. Rodrigo Leite – Anvisa, 19. Rogério Dias – Mapa, 20. Selvino Heck – SG/CNAPO, 21. Thais Bittencourt – SG/CNAPO, 22. Valter Bianchini – MDA e 23. Ynaiá Bueno – Embrapa.

Participantes da Sociedade Civil: 1. Denis Monteiro – ANA, 2. Élson dos Santos – STPOrg, 3. Fabio Reis – Rede Juçara, 4. Gabriel Fernandes – AS-PTA, 5. Generosa Silva – Unicafe, 6. Irene Cardoso – ABA, 7. Jean Weid – AS-PTA, 8. Joaquim Filho – BrasilBio, 9. Jorg Zimmerman – Rede Cerrado, 10. Laércio Meirelles – Rede Ecovida, 11. Matheus Biekarck – BrasilBio, 12. Paulo D’Andrea – BrasilBio/CTAO, 13. Paulo Petersen – ABA, 14. Rachel Soraggi – CTAO, 15. Romeu Leite – CTAO, 16. Sara Pimenta – Contag e 17. Tatiana de Siqueira – Rede Xique Xique.

I. Abertura

Com a coordenação da mesa composta por Selvino Heck – PR/SG e Tatiana Muniz – Rede Xique Xique, teve início a 4ª Reunião da CNAPO. Na abertura, Selvino teceu considerações sobre as repercussões do lançamento do Brasil Agroecológico, parabenizando a todos pelo trabalho, e contou que o próprio ministro Gilberto Carvalho – PR/SG fez um agradecimento especial a todos os envolvidos, pelo amplo sucesso do evento. Em seguida, apresentou a equipe do que tem se configurado como uma secretaria executiva da CNAPO, com Luisa Sabóia e Thais Bittencourt, solicitando a apresentação daqueles que participavam pela primeira vez da reunião, como convidado ou visitante, que foram:

1. Jean Marc – AS-PTA, 2. Alessandra Lunas – CONTAG/Secretaria de Mulheres e Membro do Comitê do Ano Internacional da Agricultura Familiar – AIAF 2014, 3. Everton Ferreira – MDA/SAF, 4. Ynaiá Bueno – Embrapa/Fórum Permanente de Agroecologia, 5. Fabio Reis – ANA/Rede Jussara, 6. Denise Cavalcanti – MDA/SAF, 7. Paulo D’Andrea – BrasilBio/CTAO, 8. Fernanda – MEC/SETEC (representante suplente da Mariângela de Araújo).

Selvino apresentou a programação da reunião, cuja proposta foi elaborada na quarta-feira anterior, dia 16/10, pelo chamado G-8, ampliado¹, em reunião preparatória para o lançamento do Planapo e para a reunião CNAPO. A proposta acordada foi realizar os relatos e informes rápidos sobre temas e iniciativas de destaque do Plano ainda na parte da manhã e, na parte da tarde, realizar discussão sobre a gestão e a dinâmica de funcionamento da CNAPO.

Diogo Sant'Ana – Secretaria Executiva/SG, fez uma fala de abertura na qual saudou e parabenizou a todos pelo lançamento do Planapo no dia anterior, e transmitiu a mensagem da Presidenta Dilma Rousseff aos Ministros Gilberto Carvalho – PR/SG e Pepe Vargas – MDA, desejando que o Plano se concretize efetivamente, com um olhar atencioso das instâncias de governança quanto a mecanismos de monitoramento e avaliação, considerando a importância das articulações interministeriais. Diogo informou ainda que o Ministro Gilberto Carvalho falou novamente sobre o Brasil Agroecológico durante um café da manhã, realizado no Palácio do Planalto ainda naquele dia, e que este seria um momento propício para a concretização do Plano. Lançou como desafio que a CNAPO pense nos passos seguintes para os próximos dias, aproveitando a animação com lançamento do Plano.

Valter Bianchini – MDA/SAF ressaltou que o tema da agroecologia agora entra na agenda dos Ministros e da própria Presidenta, o que reforça a responsabilidade pelo monitoramento do Plano para sua implantação efetiva, prestando contas para a Presidenta e para a sociedade.

II. Apresentação dos destaques do Planapo

- **Chamadas de ATER – MDA²:** Bianchini informou que já estão abertas duas Chamadas Públicas de ATER com foco na agroecologia: uma abrangendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e outra as regiões Sul e Sudeste. Tais Chamadas, conjuntas MDA/INCRA, foram elaboradas com ampla discussão, e têm como ponto central atender aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária nos mesmos lotes, o que exigiu uma grande engenharia institucional. Tem a expectativa de que as entidades apresentem boas propostas, com boas contratações e bons serviços. Everton Ferreira – MDA/SAF disponibilizou seu contato (everton.ferreira@mda.gov.br e tels.: 61-2020-0934/0933) no apoio as entidades, na elaboração de projetos e organização de documentação, para que não haja problemas no atendimento ao edital. Jean Marc – AS-PTA informou que participou da elaboração da proposta, que se preocupou em manter o mesmo formato das demais chamadas, mesmo com as dificuldades jurídicas inerentes, destacando que a flexibilização dos editais é um ganho para a sociedade.

Alexandre Giehl – MPA, complementou que foram também lançadas outras três Chamadas Públicas em parceria com o MDA, duas voltadas ao público de pescadores artesanais (uma para áreas marinhas e outra para áreas continentais) e uma específica para aquicultores; que pretendem beneficiar até 25 mil famílias, das quais 10 mil devem habitar Reservas Extrativistas, no total aproximado de até R\$47 milhões. Destacou que tais Chamadas já

¹Selvino Heck – SG/PR, Luisa Sabóia – SG/PR, Rogério Dias – Mapa; Eduardo Safons – Conab, Sara Pimenta – CONTAG, Jorg Zimmerman – Rede Cerrado, Cássio Trovatto – MDA, Romeu Matos – CTAO, Denis Monteiro – ANA, Laércio Meirelles – Rede Ecovida e Irene Cardoso – ABA.

² As 5 Chamadas Públicas de ATER citadas, n° 12, 13, 14, 15 e 16/2013, respectivamente, estão disponíveis em http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/Chamamento_de_Projetos.

representam um resultado do Planapo em andamento, inclusive superando parte da meta 10, do Eixo 3 — Conhecimento, prevista para atender a 6.000 famílias em até R\$9 milhões no total. Bianchini completou que a meta do MDA é promover ATER para a transição agroecológica junto a 70 mil famílias, sendo que já alcançaram o número de 58 mil famílias, e a previsão para o ano que vem é de alcançar 75 mil famílias.

- **Informe PAA – MDS e Conab:** Lilian Rahal – MDS, informou que dentro do Plano Safra, o PAA tem a previsão de aumentar para R\$ 8 mil o limite individual de aquisição anual para produtos exclusivamente orgânicos e/ou agroecológicos ou da Sociobiodiversidade. Esta previsão deve ser realizada até janeiro de 2014, quando o sistema da Conab tiver se adaptado para esta operação. Também para janeiro de 2014 está previsto o início da adesão por cooperativas ao Programa, junto aos estados e municípios. Disse também que o PAA enfrenta um momento difícil e inesperado, com redução das expectativas e dos recursos por conta da operação da Polícia Federal e das análises da Controladoria Geral da União. Considerou a operação com organizações um ponto fraco do Programa, que deve contar com mais investimentos neste ponto para melhorias no atendimento. Informou ainda que o MDS e o MDA têm discutido um termo de parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, e estão fechando o desenho de um edital para ampliar a compra de sementes, visando ampliar a disponibilidade e o estoque nos próximos anos, ao menos na região do Semiárido.

Eduardo Soares (Duda) – Conab, expôs que tem a expectativa de que em janeiro de 2014 o sistema do PAA já esteja operando com o “filtro” da agroecologia. Sobre a ação da PF e da CGU, alertou que estas ações darão ênfase regulatória e normativa ao Programa.

Bianchini reforçou as falas anteriores enfatizando que o PAA e o PNAE são fundamentais na estratégia da CNAPO para o fortalecimento da agroecologia e também para o trabalho com as sementes. Em função dos problemas expostos no PAA no Paraná, sugeriu a criação de uma força tarefa ministerial.

Élson dos Santos (Zumbi) – STPOrg, pediu solidariedades em defesa do PAA e das famílias envolvidas no caso do Paraná, defendendo a importância do programa para a história do Brasil e, mesmo, do mundo, e que o ataque se dá pela força que o programa tem de libertar os agricultores.

- **Edital CNPq – Mapa³:** Rogério Dias – Mapa, falou sobre o Edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), lançado para o apoio à implantação ou manutenção de núcleos de estudo, pesquisa e extensão no campo da agroecologia. Destacou a importância estratégica de envolver instituições de ensino para a formação de profissionais que atuarão nas pontas com a visão agroecológica, e que esta proposta também colabora com a concretização do Planapo. Tal iniciativa é fruto de ampla discussão entre o governo, num GT formado pelo MDA, MMA e MEC, com a participação em vários fóruns de educação em agroecologia que já acontecem pelo Brasil, como os encontros da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA. Destacou também que o número de núcleos com abordagem agroecológica tem crescido, e querem ampliar para todos os cursos de ciências agrárias, expandindo esta proposta do CETEC para o MEC como um todo. Contam com os membros da

³ Disponível em http://www.cnpq.br/web/quest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_OZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4161)

CNAPO para estimular a participação das organizações no edital. Denise – MDA, complementou com um panorama sobre os sete editais lançados anteriormente, que já foram mais de 500 projetos aprovados, contemplando a formação de agentes em ATER e extensionistas, com o investimento de R\$70 milhões. Destacou também que este Edital e suas linhas temáticas foram bastante discutidos, contando com 75 possibilidades, sendo 70 para núcleos e 5 para redes de núcleos.

Irene Cardoso – ABA e UFV, agradeceu o esforço para o edital acontecer, pois tal iniciativa tem garantido a pesquisa e a extensão em agroecologia dentro das universidades, o que representa um grande avanço. No caso da Federal de Viçosa, este edital tem apoiado o estreitamento de laços entre núcleos, visando à criação de um curso de formação em agroecologia. Além disso, foi colocado que, para além dos recursos, este apoio tem dado reconhecimento e legitimidade para que os núcleos de agroecologia saiam da marginalidade em que muitos casos se encontram.

- **Programa ECOFORTE – SG/PR:** Fernanda Machiavelli – Secretária Executiva/SG, fez uma apresentação em *Power Point* do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – ECOFORTE, que visa potencializar ações do Plano Brasil Agroecológico, das cooperativas, dos grupos e das redes de agroecologia, produção orgânica e extrativismo. Os principais pontos destacados foram: a) seleção de beneficiários; b) comitê gestor, que contará com 4 convidados permanentes a serem indicados pela CNAPO; c) atribuições e responsabilidades dos participantes dentro do Programa; d) editais de chamadas públicas (objetivos, recursos, requisitos); e) projetos territoriais (ao menos 3 redes em cada região) ; f) ações passíveis de apoio e critérios de seleção, etc. Fernanda também colocou que o Acordo de Cooperação Técnica deve ser publicado na próxima semana e que há o anseio por lançar o primeiro edital ainda este ano, mas ainda não há previsões concretas. Na discussão, Denis destacou a importância do ECOFORTE para o sucesso do Planapo, visto que o programa incorpora vários princípios e diretrizes discutidas, com destaque para o apoio às dinâmicas das redes territoriais, dando uma resposta à curto prazo para esta questão. Quanto aos recursos, reconheceu que a demanda das redes é ainda maior, mas considerando o prazo de atuação até 2015, o programa satisfaz essa demanda.

- **Informe Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014:** Alessandra Lunas – Contag, iniciou sua fala colocando que o Ano Internacional da Agricultura Familiar – AIAF, é uma agenda que nasce das dificuldades que os movimentos do campo enfrentam na ausência de políticas públicas que consigam fortalecer efetivamente suas agriculturas em toda a sua diversidade. Assim, para além do ano da Copa, 2014 é o ano da Copa da agricultura familiar, que precisa marcar mais gols no mundo inteiro. Informou que estão no momento de constituição dos comitês nacionais, estaduais e regionais, que a FAO constituiu o Comitê Mundial de Acompanhamento do AIAF, que conta com a participação do Brasil e de outros 11 Estados-Membros, e cujo espaço contempla apenas 3 organizações da sociedade civil. A Contag está presente através da COPROFAM, a Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares do MERCOSUL Ampliado, através do Fórum Rural Mundial. Destacou a responsabilidade de ajudar a coordenar as ações na América Latina, e que há uma grande expectativa quanto aos resultados que podem ser gerados pelo esforço conjunto de mais de 360 organizações em todos os continentes. Tem conversado com a FAO a respeito da necessidade de criar o comitê regional da América Latina, com a participação da sociedade civil, ao menos das grandes redes, no âmbito da REAF/MERCOSUL. Mesmo com o CONDRAF no Brasil, há a necessidade de criar um espaço específico para apresentar proposições mais concretas para a região. Vão batalhar por esse comitê durante o 1º Seminário Regional da

América Latina, a ser realizado nos dias 30 e 31 de Outubro em Santiago do Chile, que deve pensar o AIAF para a América Latina. A FAO está recebendo contribuições para elaborar um documento com diretrizes para o fortalecimento da agricultura familiar na região, a ser pactuado com os governos em sua próxima conferência, a ser realizada em março de 2014.

O Brasil teria, além da responsabilidade de contribuir integrando o Comitê Mundial, o compromisso de colaborar com suas políticas públicas já em andamento, visando impulsionar o fortalecimento da agricultura familiar em outros países. Também a formalização do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário nos próximos 90 dias após a 2ª CNDRSS já representa um passo a frente e fundamental para preposições, que irão contribuir para ações não apenas para o AIAF em 2014, mas também para colocar o Brasil no cenário mundial de 2014 em diante. Expôs que a CNAPO tem papel fundamental para preposições para o AIAF, inclusive no que se refere a que concepção de agricultura familiar pretende-se fortalecer. O Brasil pode contribuir também com o formato do Planapo e da CNAPO, que podem servir de inspiração a outros países, sugerindo a tradução do Plano para a língua espanhola, visando compartilhar e ampliar sua abrangência em nível mundial. Informou que as adesões para o AIAF ainda estão acontecendo, convidando as organizações a divulgarem e a aderirem, buscando informações no site <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/pt/>.

Bianchini agradeceu a vinda de Alessandra e destacou a importância da intersecção entre a agricultura familiar e a agroecologia, sugerindo que a CNAPO aproveite o ano de 2014 para discutir temas como o modelo de agricultura que está em pauta, a questão da sustentabilidade, da diversidade, entre outros processos. Lembrou que no dia internacional da alimentação, no dia logo anterior ao lançamento do Planapo, foi assinado o decreto que institui o Comitê Brasileiro pro AIAF, que reconhece e coloca a experiência brasileira no cenário internacional. Sugeriu que na parte da tarde o grupo discuta como as organizações podem participar deste processo.

Selvino encaminhou que a próxima reunião da CNAPO deve tratar do planejamento 2014, e que um dos temas a ser abordado deve ser o AIAF. Colocou também a necessidade de articulação permanente entre a CNAPO, o CONSEA e o CONDRAF, e, eventualmente, alguma outra instância como o CONAMA ou algum fórum de economia solidária, para pensar conjuntamente o AIAF, com atividades como seminários, debates, eventos, etc. Destacou o protagonismo do Brasil no cenário mundial com ao lançamento do Planapo em tempos de mudanças climáticas e crise econômica, reforçando a necessidade de uma articulação internacional.

Alessandra tirou uma dúvida que surgiu quanto à existência de 2 comitês com a participação da sociedade civil para o AIAF, esclarecendo que o Comitê da sociedade civil com representantes de todos os continentes já existia, com a intenção de discutir questões e desafios em comum, tal qual a luta pela terra. Esta solidariedade criou uma agenda responsável por animar o AIAF. Ao declarar o AIAF para 2014, a ONU incumbiu à FAO a coordenação das atividades, chamando os 12 países membros e mais 3 organizações da sociedade civil, que são: o Fórum Rural Mundial, a OMA — Organização Mundial de Agricultores, e a organização internacional de cooperativas. Assim, o comitê da sociedade civil continua como espaço autônomo, coexistindo com o Comitê Mundial que conta com a participação de outras entidades. Sobre a fala de Selvino, lembrou que o Comitê Brasileiro está ligado ao CONDRAF, como um braço dedicado exclusivamente diante de tantas demandas. O CONSEA também já tem uma representação neste Comitê e a CNAPO ainda não tem, mas pode e deve vir a ter.

Destacando a importância do AIAF, Generosa Silva – Unicafe pediu para que as diversas entidades já contemplem em seus planejamentos propostas de atividades e pré-organização do ano, para que não haja a possibilidade de não dar a devida atenção e passar em branco, como lembrou que passou o ano do cooperativismo. Falou também da relevância das organizações se manifestarem quanto ao acontecido no PAA, elaborando uma carta de apoio ao Programa e aos companheiros envolvidos.

Inspirado por Generosa, Zumbi considera que a CNAPO trata-se de um grupo de visionários. Expôs sua tese de que o Brasil é como se fosse uma jabuticaba, devido à sua particularidade no mundo, como um país único, assim como a jabuticaba é única no mundo. E que devido às suas novidades, o Brasil é atacado, dando o exemplo do ocorrido com o PAA. Acredita que o Brasil tem que estar na vanguarda, ficar orgulhoso de ser a jabuticaba do mundo, dar uma resposta em nível internacional através do AIAF e ser protagonista em inovar em relação à agroecologia.

- Informe Sementes – Mapa e MDA: Bianchini disse que já existem algumas iniciativas que a CNAPO e as futuras subcomissões podem e devem acompanhar. Considerou que um dos temas que precisa ser reestruturado no PAA é o tema “Sementes”, que já há alguns convênios com a Embrapa para um primeiro campo de sementes varietais, a serem entregues a agricultores selecionados e posteriormente distribuídas pelo PAA. Tal ação também deve incluir as sementes crioulas, com o objetivo de reabastecer as redes e os circuitos de sementes. Concluiu que o Planapo já tem essas iniciativas em andamento quanto ao tema “Sementes”, sugerindo que, na parte da tarde, o grupo continue os encaminhamentos dentro de uma subcomissão específica.

Rogério deu continuidade à explanação de 3 ações já em andamento, que contam principalmente com recursos do *Global Environmental Facility* – GEF, através do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade – ProBio. Uma delas é a elaboração de 10 cadernos de orientação para multiplicação de 10 espécies de sementes, com o objetivo de agregar informações quanto à qualidade das sementes e as formas de conservação. Tal trabalho está em fase de conclusão e conta com o apoio de um consultor, que tem feito contato com vários grupos de agricultores que trabalham com a multiplicação de sementes. Considera-se a ampliação destes cadernos para outras espécies. Outra ação citada foi a contratação de 2 consultores (1 para os biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado, e outro para os biomas Caatinga, Mata Atlântica e Pampa) para realizar um primeiro mapeamento de sementes disponíveis para um processo de incentivo à multiplicação. Tal mapeamento deve identificar as respectivas variedades desenvolvidas por instituições de pesquisa - Embrapa, empresas estaduais ou Universidades - e que são interessantes para a agroecologia. Deve identificar também como disponibilizar e multiplicar, quais os materiais necessários para as empresas se registrarem, quais os principais gargalos para esse registro, considerando, inclusive, a experiência da BIO Natur. A terceira ação em andamento é relativa às conversas com a Embrapa, para a realização de um trabalho quanto às sementes, e que espera na próxima reunião ter notícias mais consolidadas. Reforçou a necessidade da criação de uma subcomissão para o tema “Sementes” para trabalhar de forma articulada todas essas iniciativas, conforme previsto no Planapo.

Bianchini citou rapidamente o repasse de parte de um recurso de aproximadamente R\$10 milhões do MDA e do Mapa para a Embrapa, destinado à multiplicação de um conjunto de sementes varietais a serem posteriormente distribuídas aos agricultores. Sugeriu que uma

ação seria a abertura de um edital de compra de sementes crioulas, e que as subcomissões devem discutir esse tema.

Lucas Ramalho – Secretaria Executiva/SG, destacou a importância do Programa de Extensão Universitária – ProExt, que é uma das metas do Plano e em que foi coordenador durante 3 anos no MEC, para articular professores e estudantes universitários com as políticas públicas do governo. O ProExt é fundamental para a formação profissional de agrônomos, veterinários, entre outras formações, visando o avanço de uma política de agroecologia no Brasil. Tal Programa disponibilizou em temas da agroecologia e do MDA o valor de R\$22 milhões em mais de 200 iniciativas, e financia os estágios de vivência de estudantes junto a assentados da reforma agrária, tornando-se fundamental para uma disputa nas universidades por um novo modelo de formação profissional e de desenvolvimento rural.

Duda alertou novamente ao grupo para o enfrentamento da ênfase normativa e regulamentária que assombra o PAA, e que certamente irá também incidir sobre as sementes dentro do Programa.

Paulo Petersen – ABA, fez um informe quanto à agenda da agroecologia dentro da Embrapa, que tem avançado historicamente, mas ainda encontra dificuldades de diálogo com a sociedade civil. Mesmo com os espaços de participação social, como os conselhos, esses espaços não são específicos para tratar da agroecologia. Em outra gestão, foi criado o Fórum Permanente de Agroecologia, com participação paritária entre Embrapa e sociedade, mas não seguiu adiante. A atual presidência da Embrapa quer retomar esse Fórum, que deve se reunir ainda este ano. Destacou que há uma agenda enorme de debate na Embrapa na área da agroecologia, mas que deve ser priorizado o tema das sementes pelas suas relações com o Planapo, e sugeriu que a reunião deste Fórum coincida com a próxima reunião da CNAPO, para iniciar uma articulação entre conselhos.

– Informe Mulheres – MDA: Karla Hora – MDA, destacou a importância do tema da agroecologia para as mulheres, e que a perspectiva com o Plano é garantir maior efetivação de políticas públicas para as mulheres. Reconheceu o avanço e o simbolismo que representa a primeira chamada pública de ATER no âmbito da agroecologia prever 50% de representação de mulheres como público alvo. Além disso, informou que foram abertas 2 chamadas específicas para mulheres, sendo que a primeira já atende a 1.040 mulheres e está previsto o atendimento a mais 2.000 nas regiões sul, sudeste e nordeste. Além da chamada de ATER, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que já tem como foco a agroecologia, prevê abrir um novo edital no início de 2014, com ação específica para apoio às feiras agroecológicas e outra ação visando a produção de material publicitário para uma campanha sobre o tema. Informou também que estão debatendo a questão de um crédito específico para mulheres da agroecologia, e a perspectiva é realizar uma oficina organizada pelas mulheres do grupo de gênero da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, para discutir o que seria um desenho de crédito com esse enfoque. Por fim, dialogando com o Plano, e com esses novos desenhos de ATER, organização produtiva e crédito, e com o material publicitário da campanha, pretendem desenvolver ações de formação dos gestores públicos no tema gênero e agroecologia, visando tanto repensar a política pública, quanto o crédito e ATER. Completou colocando que, no apoio à pesquisa, tem uma parceria com o CNPq e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, prevendo a publicação de um edital ainda este ano na linha das diretrizes citadas. Concluiu colocando que essas ações estão previstas no Plano, e que já estão em andamento e efetivação.

- **Informe Crédito – MDA:** Bianchini fez outros 2 informes, sendo o primeiro relativo às discussões interligadas no campo da pesquisa, conhecimento, ATER e PRO-Ext, visto que nos próximos 30 dias há expectativa da aprovação da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater, pelo Senado⁴. De acordo com Walter, o projeto de lei foi melhorado com incorporação da dimensão ambiental e dos saberes locais. O esforço agora deve ser a criação de um grupo de transição para começar a desenhar o que seria a Anater. Destacou também a importância de se discutir um programa nacional de formação de Ater em agroecologia, contando com a articulação das diversas iniciativas já postas, como o ECOFORTE, os extensionistas das Chamadas Públicas, grupo de pesquisadores e gestores. Sobre o crédito rural, informou que foi criado um GT no âmbito do Condraf, inclusive com convidados da CNAPO. A discussão tem proposto alterações nas atuais modalidades de crédito, como a questão do crédito não bancário, faltando ainda falta inserir temas como o Programa ABC.

Jean Marc também fez considerações sobre a Anater, afirmando que foi uma proposta bastante polêmica, com reações e críticas da sociedade quanto ao conteúdo do Projeto de Lei, mas informou que na última reunião do Condraf foi discutida uma proposta de regulamentação para ajustar os pontos mais críticos. Disse que alguns itens não podem ser alterados, como o peso enorme e desproporcional que entidades como CNA têm em relação às representações da agricultura familiar, como Contag e Fetraf, sendo que 90% do público da Agência é de agricultores familiares. Foi esclarecido que a formulação das modalidades de execução da política ficará no âmbito do Condraf e do MDA, através de um contrato de gestão com a Anater, o que aliviou outra preocupação da sociedade. Outra questão se deu quanto aos mecanismos de acesso aos recursos por parte da sociedade civil, se será por meio de chamadas públicas, demonstrando preocupação com o risco da sociedade acessar somente os recursos que “sobrarem”, após o acesso das Empresas de Ater no estados. Bianchini complementou que os recursos continuariam nos ministérios, que contratariam a Anater para operacionalizar.

- **Informes ENA e CBA:** Paulo Petersen informou que a ABA está organizando o 8º Congresso Brasileiro de Agroecologia, a ser realizado em Porto Alegre - RS, entre os dias 25 e 28 de novembro. Foram recebidos 1.400 trabalhos acadêmicos, e há uma expectativa pelo contexto de lançamento do Planapo. Disse que haverá uma mesa específica para o debate do Planapo, e outra para avaliação dos últimos 10 anos, quando houve o 1º Congresso, de como a agroecologia tem avançado e como tem se aproximado dos movimentos sociais.

Denis fez um informe sobre o 3º Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, a ser realizado entre os dias 26 a 29 de Maio de 2014, na Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco – UNIVASF, em Juazeiro - BA, ressaltando que é fundamental o envolvimento da CNAPO neste processo de construção, pois é o momento em que culmina toda a mobilização da ANA. Disse ainda que será realizado 8 anos depois do 1º ENA, um período em que houveram muitas mudanças nas políticas públicas e também nos avanços de políticas contrárias à agroecologia. Há a expectativa de reunir 2.000 pessoas, sendo 70% de agricultores e agricultoras, e 30% de pesquisadores, professores, estudantes, consumidores, etc. Dentre os objetivos está evidenciar as experiências agroecológicas e seus protagonistas para um conjunto mais amplo de atores, destacando seus múltiplos impactos positivos. Informou que, como atividades preparatórias, estão previstas as Caravanas Agroecológicas nos territórios, conforme

⁴ O Projeto de Lei da Câmara – (PLC) 81/2013, foi aprovado no dia 30/10/2013 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, e seguiu para análise da Comissão de Cidadania e Justiça.

apresentação em anexo. Reforçou o convite para que os representantes públicos participem e apoiem os atos e o ENA.

Continuação da 4ª Reunião CNAPO – Parte da Tarde do dia 18 de Outubro de 2013.

Local: Auditório do Anexo I, Palácio do Planalto.

III. Definição da Dinâmica de Funcionamento da CNAPO

• Constituição das Subcomissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho

Foi colocada como questão a necessidade da CNAPO criar um Regimento interno, ou ao menos estabelecer uma normativa básica de funcionamento. Como exemplo, foi trazida para a discussão a experiência do Consea, que criou seu regimento interno após 10 anos de funcionamento, e cujo fluxo de trabalho segue com um debate inicial nas comissões permanentes e segue para uma mesa diretiva. Inicialmente, foi proposta a instalação das seguintes Subcomissões Temáticas: 1. Produção, Fomento e Crédito; 2. Gênero; 3. Construção do Conhecimento e 4. Agrobiodiversidade.

No debate, Denis sugeriu que, ao invés da criação de uma Subcomissão de “Agrobiodiversidade”, fossem criadas outras duas: “Sociobiodiversidade” e “Sementes”. Sugeriu também que, ao invés da criação de uma Subcomissão de “Gênero”, fosse criada uma de “Mulheres”. Sara argumentou que as mulheres devem compor todas as subcomissões para garantir a representatividade da dimensão de gênero, e propôs uma outra subcomissão de “Gênero” para o tratamento em conjunto das demais subcomissões, visando aprofundar a dimensão de gênero e as políticas para mulheres em todas as subcomissões. Tal subcomissão se reuniria anteriormente às demais, um dia antes. Em relação à subcomissão de crédito e fomento e ao GTO (formado no âmbito do Condraf), uma instância não excluiria a outra. A articulação se dá na presença dos membros da CNAPO na outra instância. Sara também colocou que, quanto ao GT Agrotóxicos, já estava sinalizada a necessidade de uma reunião inter-conselhos, após diálogo entre o Consea e o Conselho Nacional de Saúde, em que Sara e Chicão colocaram que haveria também um GT na CNAPO. A convergência dos conselhos (Consea, CNS e CNAPO) para o tema fortalece a ação política do conjunto. Assim, cada entidade encaminhará sua proposta ao Consea, para consolidação, e será realizada uma oficina sobre o tema no dia 18 de novembro.

Denis também colocou a necessidade de garantir a participação de outras organizações e pessoas/visitantes que podem e devem contribuir com as subcomissões, ainda que não sejam membros da CNAPO. Selvino considerou que deve ser criado um critério para a participação de não membros, citando, como exemplo, a categoria de observador utilizada no Consea.

Ainda sugerindo os temas das subcomissões, Romeu Leite – CTAO sugeriu a criação de uma subcomissão de “Insumos”, que surgiu após reunião da CTAO, que seria fundamental para dar suporte à transição agroecológica. E reforçou a necessidade de convidar outras pessoas além dos membros da CNAPO.

Jean reforçou a importância de um regimento interno para organizar a participação na CNAPO e em suas subcomissões. Sobre o GT Agrotóxico, ponderou que o grupo deve pensar como deve ser um programa nacional de redução do uso de agrotóxicos, a exemplo do que está sendo elaborado em outros países, como nas Filipinas, em que houve a redução em 90% do uso de agrotóxico, e se dispôs a colaborar nessa pesquisa. Contribuiu com o tema crédito trazendo a experiência do Condraf, que tem vários comitês, mas só agora caminha para criar um comitê específico para o tema, que caminha em duas linhas: uma mais ampla, de avaliação do Pronaf, e outra mais específica, de elaboração de uma proposta para crédito para a transição agroecológica. Há também uma discussão sobre instrumentos de acesso a recursos fora do sistema bancário.

Ricardo – Anvisa, alertou que o processo de incorporação de um novo agrotóxico no mercado é muito rápido. E que para reduzir efetivamente o uso de agrotóxicos, deve se fortalecer a agroecologia e os orgânicos, mas também deve se prever a redução com metas para o agronegócio, através de uma política de Estado, com o compromisso do Mapa e o envolvimento da Embrapa.

Cássio – MDA, fez considerações quanto ao fomento e ao crédito, reforçando que se pensa em reformular o Pronaf a médio e longo prazo, com crédito solidário e crédito rotativo, entre outras alternativas, nessa perspectiva para além do sistema bancário convencional. Colocou que é importante pensar como a juventude dialoga com a CNAPO. E destacou a importância da criação do GT de Monitoria e Avaliação, conforme já previsto no Plano. Generosa complementou dizendo que a Unicafes participa do comitê de ATER e da discussão sobre crédito no Condraf. Expôs que conhece o modelo com o qual o Banco do Brasil trabalha com crédito rural atualmente, e que não é compatível com a proposta da agroecologia.

João D'Ángelis – MMA, sugeriu que os temas que têm afinidade para serem trabalhados de forma interconselhos, como o de crédito, devem ser articulados. Lembrou que no momento em que se iniciou a discussão da PNAP, a tramitação da portaria de criação de uma câmara da sociobiodiversidade ficou parada, e que há uma demanda urgente de criação desse espaço de discussão do tema em nível nacional.

Paulo Petersen falou da necessidade de intersectorialidade para o tratamento da perspectiva agroecológica de cada tema, como crédito, seguro, sociobiodiversidade, etc. A CNAPO deve ser a instância de articulação. É preciso inovar, inclusive no monitoramento, onde cada subcomissão poderia estabelecer o monitoramento e a avaliação de seu próprio tema. Considera importante trazer para a CNAPO a reflexão da modelagem de políticas públicas para a agroecologia, fugindo do tradicional, para além do monitoramento orçamentário, voltado para o modelo que favoreceu a instalação da revolução verde. Sugeriu a definição do que seria um curto, médio e longo prazos para a CNAPO, considerando como curto prazo o Plano Safra, por exemplo. Considerou também necessário a definição de regras de funcionamento e a origem de recursos para as subcomissões, inclusive para custear a vinda de convidados.

Laércio Meirelles – Rede Ecovida, concordou com o pensamento do Paulo sobre a importância do monitoramento dos resultados, para além do orçamentário. E reforçou a importância do papel da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas na ponta.

Sara destacou a importância da realização de uma plenária sempre após os encontros das subcomissões para socialização das discussões realizadas. E colocou como questão a ser pensada pela CNAPO a ampliação da participação da sociedade civil.

O grupo foi provocado a refletir se teria pernas para caminhar com os temas propostos e Denis argumentou que já existem pessoas e organizações trabalhando nesses temas, a pergunta seria se teríamos recursos para custear as atividades. Assim, Selvino solicitou a manifestação dos representantes do governo quanto à disponibilidade de recursos. Explicou que a SG/PR está remanejando recursos para a realização da última reunião do ano. Mas para 2014 ainda não há definição. Lembrou que a agroecologia se tornou um tema prioritário na SG, mas que, no entanto, está havendo um contingenciamento orçamentário nos elementos de despesa referentes a passagens e diárias, o que dificulta garantir a participação de visitantes/observadores além dos membros da CNAPO. Considerou ainda que, a partir da definição das subcomissões, pode ser acordado que cada membro do governo custeie um membro da sociedade civil.

Duda trouxe o contexto favorável do governo em relação à CNAPO, recomendando ao grupo que coloque suas necessidades ideais, ao invés de se deixar pautar pela falta de recursos. Sobre a definição das subcomissões, colocou que algumas são mais consensuais ao grupo, no entanto, outras já trazem contradições entre o governo e a sociedade, como as subcomissões de sementes e crédito, e, por isso, estas seriam as mais urgentes a serem implementadas.

Sobre o contexto eleitoral, Zumbi fez um paralelo com a frase dita pela Presidenta Dilma durante o lançamento do Planapo, que “nesta época do ano sempre aparecem desafios estranhos...”. E recomendou ao grupo que se prepare para sair à frente, pois a agroecologia vai virar disputa política.

Cássio ponderou que a estratégia do grupo deve ser de acordo e não de enfrentamento, pois a CNAPO é governo e sociedade, e deve ser espaço de discussão ao invés de disputa. Pediu aos presentes que reflitam sobre como a CNAPO, enquanto governo e sociedade, responsável pela política de agroecologia, deve caminhar. Almejou que a CNAPO busque construir uma lógica para chegar ao seu máximo, sem temores.

Caroline Molina – MDA/DPMR, reforçou o funcionamento da subcomissão de mulheres e que, caso fosse definido o início imediato de alguma subcomissão, a de mulheres deveria ser uma delas.

Paulo Petersen resgatou os desafios lançados por Diogo Sant’anna, de apresentar medidas de impacto em curto prazo. Destacou que o crédito já é uma conquista do Planapo, e que deve refletir o que foi feito quanto à ATER, de flexibilizar os instrumentos para se aproximar da perspectiva agroecológica, especialmente o Pronaf. Considerou que, no caso das sementes, deve haver um diálogo com a Embrapa. Sobre a área de comunicação, acha que a CNAPO deve se inspirar na experiência do Consea, com a circulação de relatórios, informações e conhecimentos.

Selvino e Rogério demonstraram preocupação quanto à criação e funcionamento das subcomissões, quais e quantas serão afinal. Cássio sugeriu que sejam as 6 subcomissões citadas anteriormente, e que cada uma tenha suas próprias estratégias, individualizadas.

João D’Ángelis complementou sugerindo que todas as subcomissões citadas sejam criadas e cada uma funcione de acordo com o ritmo dos temas e das possibilidades dos recursos. Daniela Prado – MDS sugere que as próximas subcomissões a serem instaladas sejam “Sementes” e “Crédito e Fomento”. Irene registrou incômodo quanto ao tratamento por importância das subcomissões, defendendo que todas sejam criadas, mas na sua dinâmica e

cronograma próprio, de acordo com a proposta do Cássio. Duda completou que, caso haja contingenciamento orçamentário, comprometendo o andamento das 6 subcomissões, sejam definidas prioridades.

IV. Encaminhamentos

1. Subcomissões e GTs: Foi acordada a constituição de 6 Subcomissões Temáticas e 2 Grupos de Trabalho, que são:

1. Conhecimento;
2. Crédito, Fomento, Produção e Agroindustrialização;
3. Mulheres;
4. Insumos;
5. Sociobiodiversidade e
6. Sementes.

1. GT Agrotóxicos
2. GT Monitoria e Avaliação/Gestão

A indicação da sociedade civil para a composição das subcomissões e GTs deve ser feita até 1º de novembro.

2. CNAPO, CIAPO E G8: Foi acordado que a 5ª reunião da CNAPO ocorrerá nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro. Selvino garantiu recursos para as passagens dos membros titulares, e disse que haverá um esforço para garantir também a presença dos membros suplentes. Já a participação de outros convidados/visitantes, ficaria mais complicada de viabilizar. Assim, a proposta de funcionamento da CNAPO teria a duração de 3 dias, sendo no primeiro dia a reunião da subcomissão de Gênero, no 2º dia as demais subcomissões se reúnem concomitantemente, e no 3º dia é realizada a plenária. O grupo questionou qual seria o limite de participantes de uma reunião da CNAPO, e Selvino colocou que os membros das subcomissões têm que definir o número de participantes, considerando como limite os recursos orçamentários necessários para viabilizar a vinda desses participantes. Denis trouxe a experiência da ANA, em que as menores subcomissões têm 6 participantes e as maiores contam com 9 participantes. Houve dúvidas quanto à diferença entre GT e Subcomissões, no que foi reforçado que os GTs têm atuação temporária, enquanto as subcomissões são permanentes.

Outro ponto acordado foi a efetivação do chamado G8⁵, que continuaria paritário, com 4 membros do governo, e 4 da sociedade civil, atuando como uma coordenação temporária, uma mesa diretiva responsável por trabalhar questões básicas como, por exemplo, o regimento interno e as preparatórias para as reuniões CNAPO. O G8 deve se encontrar anteriormente à próxima reunião CNAPO de dezembro para formular uma proposta de

⁵ O G8 conta com 4 membros do governo e 4 membros da sociedade civil, que são respectivamente: 1. Selvino Heck – SG, 2. Rogério Dias – Mapa, 3. Cássio Trovatto – MDA, 4. Eduardo Safons – Conab, 5. Jorg Zimmerman – Rede Cerrado, 6. Laércio Meirelles – Ecovida, 7. Denis Monteiro – ANA e 8. Sara Pimenta – Contag.

comunicação e agenda para 2014, assim como a CIAPO deve se reunir até o início de dezembro.

3. Implementação e Monitoramento do Planapo: Sara lembrou que o plano tem iniciativas que já estão em andamento, e que o papel da CNAPO também seria atualizar essas informações com o objetivo de melhor acompanhar e ter uma visão de conjunto das ações dos ministérios. Carlos – MS, sugeriu colocar o Planapo no ECAR, o sistema de monitoria dos ministérios, que todo mês tem que ser atualizado, e é o sistema utilizado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. João D'Ángelis sugeriu que o G8 e a própria CNAPO pensem e proponham mecanismos de implementação conjunta com estados e municípios. Sugeriu também que a CNAPO entre em contato com os demais órgãos que não puderam estar presentes nessa reunião.

4. Divulgação e Comunicação: Laércio – Rede Ecovida, falou sobre o lançamento do Planapo na região sul, e a realização de lançamentos locais e regionais é uma proposta a ser considerada.

Selvino falou sobre o Plano de Comunicação da CNAPO, que foi elaborado um esboço, mas ainda não houve uma conversa com a Assessoria de Comunicação da PR/SG nem com a SECOM. Falou ainda sobre o uso de redes sociais e de estruturas amadurecidas como a do Consea, que tem sua própria equipe de comunicação.

V. Informes Gerais:

Alberto – MDA/SAF, informou que está aberta a chamada para até 14 empreendimentos da agricultura familiar participarem da *Biofach* – Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia, a ser realizada em fevereiro de 2014 na Alemanha. O MDA está realizando um estudo sobre a questão tributária na cadeia de orgânicos e será marcado um seminário para tratar do tema e da elaboração de proposta de desoneração do setor.

Cássio solicitou aos presentes que informem ao MDA por e-mail o endereço em que as instituições desejam receber os exemplares do Planapo, e respectivas quantidades. Ficou definido que a secretaria-executiva da CNAPO centralizará os pedidos e enviará ao MDA.